

MASSA FALIDA DEPÓSITO DE FRIOS CATATAU LTDA.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE FALÊNCIA

Art. 22, inciso III, alínea “e”, da Lei 11.101/2005

Abril de 2022.



ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. SÍNTESE PROCESSUAL	6
3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA	11
4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)	13
5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA	15
6. DO ATIVO DA MASSA FALIDA	17
7. DO VALOR DO PASSIVO	19
8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO	21
9. DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS	23
10. CRONOGRAMA PROCESSUAL	26
GLOSSÁRIO	28



Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível de Ivaiporã - Estado do Paraná.

Dr. José Chapoval Cacciacarro

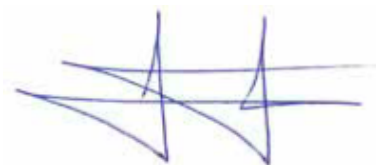
Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do Relatório Circunstanciado, versando sobre as causas e circunstâncias que conduziram à situação da empresa **Depósito de Frios Cata-tau LTDA**, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, em consonância ao art. 22, inciso III, alínea "e", da Lei 11.101/2005.

Assim, o presente relatório reúne e sintetiza as informações contidas nos **Autos nº 0000917-23.2008.8.16.0097** até o presente momento (abril de 2022), realizadas a partir da análise e observação das informações financeiras prestadas pelo(s) credor(es) e terceiros interessados, nas movimentações processuais, bem como nas diligências realizadas por esta Administradora Judicial, no sentido de obter maior precisão e segurança quanto aos dados apresentados.

Deste modo, o presente relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de falência, estando disponível para consulta no site www.marquesadmjudicial.com.br.

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 01 de abril de 2022.



M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA
ADMINISTRADORA JUDICIAL
CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195
Profissional Responsável: **MARCIO ROBERTO MARQUES**
OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP Nº 459.319



1

SUMÁRIO EXECUTIVO



1. SUMÁRIO EXECUTIVO

Assunto	Observações
Síntese Processual	Trata-se de Ação de Falência proposta por HSBC BANK BRASIL S.A. - Banco Múltiplo contra a empresa DEPÓSITO DE FRIOS CATATAU LTDA, com fulcro no art. 94, inciso I da Lei 11.101/05, distribuída em 24/03/2008, tendo sido decretada sua falência na data de 29/11/2012, fixando o termo legal à data de 90 dias a contar do primeiro protesto por falta de pagamento, portanto, em 14/12/2007.
Das Causas e Circunstâncias da Falência	As análises neste sentido restaram prejudicadas, uma vez que a falida não se manifestou nos autos em qualquer momento, bem como não foram apresentados os livros e informações contábeis da sociedade empresária falida, motivo pelo qual se desconhece o que levou à derrocada.
Do Procedimento do Devedor	Ante a ausência de manifestação da falida nos presentes autos falimentares, restando ausentes informações contábeis e financeiras nos autos que elucidassem sua derrocada, esta Administradora Judicial resta impossibilitada de quaisquer análises nesse sentido.
Dos Atos da Administração da Massa Falida	Até o momento a Administradora Judicial tem realizado diligências no sentido de sanear o presente feito falimentar, bem como promovendo localização de bens passíveis de arrecadação junto ao juízo falimentar.
Do Ativo da Massa Falida	Em que pese todas as diligências realizadas por esta Administradora Judicial, não foram localizados bens passíveis de arrecadação nos presentes autos e em demais consultas via sistemas Eproc, Projudi e PJe, na seara federal, cível e trabalhista, via Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, E-proc da Justiça Federal da 4ª Região e PJe do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
Do Passivo da Massa Falida	Não foi apresentada Relação Nominal de Credores até a presente data, de modo que, por não ter havido o exercício do múnus por qualquer Administrador Judicial bem como por não ter sido expedido o edital do art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005, inexistente relação de credores nos autos, a possibilitar uma relação fidedigna de credores e identificação do débito.
Das Ações em Andamento	Foram realizadas consultas nos sistemas Projudi do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, E-proc da Justiça Federal da 4ª Região e PJe do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por essa Administradora Judicial, tendo sido localizado processo em desfavor da Massa Falida, ora listado.
Da Responsabilidade dos Sócios e Terceiros	Até o presente momento não foram localizados indícios de fraude, sucessão empresarial e prática de crime falimentar, imputando responsabilização civil e penal aos sócios, bem como de grupo econômico da empresa falida.
Cronograma Processual	O processo falimentar se encontra aguardando expedição do edital do art. 99 da Lei 11.101/2005 bem como intimação dos representantes legais para os fins do art. 104 da mencionada legislação, apurando os fatos que levaram à bancarrota da sociedade empresária e mensuração do passivo da Massa Falida.



2

SÍNTESE PROCESSUAL



2. SÍNTESE PROCESSUAL

Trata-se de Ação de Falência proposta por **HSBC BANK BRASIL S.A. - Banco Múltiplo**, inscrita no CNPJ nº 05.711.919/0001-07 contra **DEPÓSITO DE FRIOS CATATAU LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 05.899.858/0001-53, com fundamento no art. 94, inciso I da Lei 11.101/05, cuja ação foi distribuída em 24/03/2008, em razão do inadimplemento do Contrato de Confissão de Dívida nº 01030212651, datado de 25/05/2007, com garantia fidejussória de Nota Promissória e de aval de Marlei Aparecida Molina de Melo e Valdenei Maratins de Melo, no montante corrigido de **R\$ 29.628,04 (vinte e nove mil, seiscentos e vinte e oito reais e quatro centavos)**.

Inicialmente, foi proferido despacho ao **mov. 1.3, pág. 40**, determinando a citação da empresa Ré, **DEPÓSITO DE FRIOS CATATAU LTDA**, para, em querendo, apresentar contestação nos moldes do art. 98 da Lei 11.101/2005.

Devidamente citada, **DEPÓSITO DE FRIOS CATATAU LTDA**, ao mov. 1.4, pág. 51, restou aportado aos autos a Certidão de Citação em nome dos sócios Valdenei Martins De Melo (CPF nº 531.516.409-82) e Marilei Aparecida Molina de Melo (CPF nº 696.672.769-53), à *Avenida Tancredo Neves, 1350, Ivaiporã/PR, CEP 86.870-000, informando, ainda, ser esse o atual endereço residencial do casal, porquanto o contido no Contrato Social de mov. 1.3, pág. 34, à Rua Diva Proença, 3075, Ivaiporã/PR, ser o antigo.*

Em que pese o ato perfectibilizado, não foi apresentada contestação tampouco realizado depósito elisivo pela empresa Ré, razão pela qual foi requerido, pelo Autor, a conclusão dos autos para prolação de sentença, ao mov. 1.5, pág. 56. O representante do Ministério Público, por sua vez, manifestou ausência de interesse público para atuação nos autos, razão pela qual deixou de se manifestar, vide mov. 1.5, pág. 58.

Assim, em data de **29/11/2008**, ao **mov. 1.5, pág. 60/66**, foi proferida decisão decretando a falência da empresa **DEPÓSITO DE FRIOS CATATAU LTDA**, com fulcro no art. 94, I da Lei 11.101/2005, uma vez que, sem relevante razão de direito, deixou de pagar a obrigação líquida materializada no Contrato de Confissão de Dívida, não apresentou defesa ao procedimento retro e não realizou depósito elisivo, conforme invocado na exordial, tendo sido fixado o termo legal à data de 90 dias a contar do primeiro protesto, portanto, em **14/12/2007**.

As partes foram devidamente intimadas da sentença de quebra (mov. 1.5, pág. 68) bem como foi expedida intimação ao administrador judicial nomeado para se manifestar quanto a aceitação para o exercício do múnus, o qual, diante de sua recusa, acarreou posteriores nomeações as quais restavam declinado o ofício, cf. se verifica do mov. 1.6. Ademais, em sendo renunciada a representação processual pelos patronos do Autor, ao mov. 6.1, bem como devidamente intimado pessoalmente o credor e restando inerte (mov. 15/17/20), foi proferida decisão, ao mov. 22.1, extinguindo o feito por abandono por parte do credor, requerente do presente procedimento falimentar, com fulcro no art. 485, II, do Código de Processo Civil.

Ao mov. 24, foram opostos aclaratórios pela instituição financeira, Banco Bradesco S/A, noticiando a sucessão havida do Grupo HSBC, apontando a existência de erro material no decisorio de mov. 22 quanto ao procurador responsável pela representação da casa bancária, uma vez que

representado pelo Dr. Alexandre Nelson Ferraz, OAB/PR 30.890, devidamente indicado nos autos e, ainda, a existência do vício de contradição quanto ao entendimento exarado na decisão que decretou a quebra e à que extinguiu o feito.

Intimada a Falida para apresentar contrarrazões aos embargos, perfectibilizada em nome da sócia, ao mov. 36.2, restou certificado nos autos o decurso do prazo sem manifestação (mov. 38), tendo sido proferida sentença ao mov. 43, julgando improvido o recurso oposto e mantendo a decisão recorrida in totum, vez que não reconhecida a existência de vícios. Irresignado, o Autor comunicou a interposição de Apelação (mov. 50), autuada sob nº 0000917-23.2008.8.16.0097, a qual sobreveio juntada de acórdão reformando a decisão recorrida e determinando o prosseguimento do feito (cf. mov. 53).

Ao mov. 61, o d. magistrado nomeou como AJ, o Dr. Fernando José Santilio (OAB 26.349/PR), fixando prazo de 15 (quinze) dias para que a instituição financeira credora, requerente do presente procedimento, apresentasse suas habilitações de crédito, nos termos do art. 99, IV, Lei 11.101/2005, em conformidade com o artigo 9º da mesma lei. Determinou, ainda, a intimação dos sócios da falida, Valdenei Martins de Melo (CPF nº 531.516.409-82) e Marilei Aparecida Molina de Melo (CPF nº 696.672.769-53), para o fim de prestar as declarações do art. 104 da Lei 11.101/2005, sob pena de crime de desobediência, e, também, para apresentar certidões dos cartórios de protestos relativos à sede e filiais, ambas no prazo de 05 (cinco) dias.

Por entender que a habilitação de crédito somente deve ser apresentada após a Relação Nominal de Credores da AJ, a qual ainda não havia sido apresentada, uma vez havida nomeação nesse momento, o credor Autor opôs Embargos de Declaração ao mov. 65, o qual restou provido ao mov. 70, determinando a intimação da Massa para apresentação do Quadro Geral de Credores. Em razão da recusa do profissional nomeado ao mov. 68, o d. magistrado proferiu nova decisão ao mov. 91, nomeando esta AJ, M Marques Sociedade Individual de Advocacia, para o exercício do múnus, determinando, ainda, a intimação dos sócios da falida para os fins do art. 104 da Lei 11.101/2005.

Ao mov. 114 e 115 foram expedidas as intimações supra, as quais retornaram negativas, com a informação de "Desconhecido", aos mov. 116 e 117, enquanto que, ao mov. 108, esta AJ exarou sua aceitação a honrosa nomeação, apresentando Termo de Compromisso devidamente assinado, ao mov. 121 e, também, manifestação saneando o feito ao mov. 122, requerendo as seguintes diligências: (i) publicação do edital do art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005; (ii) expedição de mandado de intimação dos sócios da Falida para fins de cumprimento do disposto no art. 104 da LFRJ, sob pena do contido no parágrafo único do mencionado dispositivo, a ser realizado por meio de Oficial de Justiça no endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 1350, Ivaiporã/PR, CEP 86.870-000; (iii) busca de bens para arrecadação e realização do ativo, cf. art. 108 e seguintes da lei 11.101/2005, via Sisbajud, Infojud, e das Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI) e Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR).



2.1 DA SENTENÇA DE DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA – CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES

Não obstante o prosseguimento do procedimento falimentar, o feito aguarda decisão do d. magistrado quanto as diligências requeridas bem como o saneamento dos autos, razão pela qual se aguarda pronunciamento do juízo para demais e eventuais manifestações.

Na sentença de decretação da falência acostada ao mov. 1.5, pág. 60/66, restaram determinadas as seguintes diligências:

- a) **TERMO LEGAL DA FALÊNCIA:** A sentença fixou o termo legal da falência à data de 90 dias a contar do primeiro protesto por falta de pagamento, nos termos do art. 99, II da Lei 11.101/2005, qual seja, em 14/12/2007;
- b) **INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DA FALIDA PARA APRESENTAÇÃO DA RELAÇÃO DE CREDORES:** A r. decisão de mov. 1.5, pág. 60/66, determinou a intimação da falida para a apresentação da relação nominal dos credores, indicando endereço, importância, natureza e classificação dos respectivos créditos, sob pena de desobediência nos moldes do art. 99, inciso III, da Lei 11.101/2005, no prazo de 5 (cinco) dias;
- c) **HABILITAÇÃO DE CRÉDITO:** Fora concedido o prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital que trata o art. 99, parágrafo único da Lei 11.101/2005 (art. 99, IV c/c §1º do art. 7º, LRJF), para que os credores apresentem suas habilitações de crédito;
- d) **SUSPENSÃO DE TODAS AS AÇÕES OU EXECUÇÕES CONTRA O FALIDO:** Ainda, a d. magistrada determinou que todas as ações ou execuções contra a Falida fossem suspensas, ressalvadas as hipóteses previstas em lei, cf. art. 6º, §51º e 2º, LFRJ (art. 99, V, Lei 11.101/2005);
- e) **DISPOSIÇÃO DE BENS:** Ordenou a vedação de práticas de qualquer ato de disposição ou oneração de bens do Falido, submetendo-as preliminarmente à autorização judicial (art. 99, VI, LFRE);
- f) **NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL DA MASSA FALIDA:** A referida Sentença nomeou para o cargo de Administrador Judicial o procurador Dr. Ivan Carvalho Martins, devendo ser intimado para manifestar aceitação e prestar assinatura do termo de compromisso (art. 99, IX, LRJF);
- g) **PROVIDÊNCIAS PELA ESCRIVANIA:** Restou determinada a publicação de edital contendo a íntegra da decisão que decreta a falência e a expedição de ofício ao Registro Público de Empresas, ordenando que proceda à anotação da quebra no registro da falida, para que conste a expressão “falido”, a data da decretação e a inabilitação de que trata o art. 102 da Lei 11.101/2005 (art. 99, VIII, LRJF). À Secretaria da Receita Federal, para informar a existência de bens e direitos da sociedade empresária falida bem como ao Órgão DETRAN/PR, sobre bens e direitos do falido (art. 99, X, LRJF). Ainda, fosse oficiada a Junta Comercial, informando a quebra e a inabilitação para exercer qualquer atividade empresarial, a partir dessa data até a extinção das obrigações, conforme art. 102 da LRJF. Comunicação às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal e da Justiça do Trabalho, para tomar conhecimento da falência decretada (art. 99, VII, LRFJ);
- h) **ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES:** Fez constar que a Assembleia Geral de Credores seria convocada em momento oportuno, caso possível sua formação (art. 99, XII, LRJF);
- i) **DETERMINAÇÕES:** Por fim, foi determinada a comunicação das Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal em que o devedor tivesse estabelecimento, para que seja conhecida a decisão retro (art. 99, XIII, LRJF).

Quanto ao cumprimento das determinações do juízo, verifica-se que o AJ nomeado manifestou sua renúncia ao exercício do múnus ao mov. 1.6, pág. 62, e, em sendo nomeado outo profissional em substituição, ao mov. 1.6, pág. 70, restou certificado o decurso de prazo sem manifestação às págs. 72/v e 75/v do mov. 1.6.

Sem que fossem cumpridas as determinações contidas na sentença de quebra, o feito foi extinto por abandono, ao mov. 24, consoante narrado na síntese, tendo sido reformada a decisão em sede de Agravo de Instrumento, que a anulou e determinou o prosseguimento do procedimento falimentar (mov. 53).

Em sendo nomeado novo Administrador Judicial, ao mov. 68, esse recusou a nomeação, oportunidade em que fora nomeada a presente Administradora, ao mov. 91, que, em aceitando, exarou assinatura do Termo de Compromisso aportado aos autos ao mov. 121. Assim, aos movs. 122/123, foi noticiado que resta pendente a expedição do edital do artigo 99, §1º, da Lei nº 11.101/2005 bem como das demais determinações contidas na sentença, tendo sido saneado o feito e apresentado requerimentos quanto a busca de bens para arrecadação e realização do ativo, restando pendente pronunciamento do juízo.

2.2 DA PUBLICAÇÃO DOS EDITAIS PREVISTOS NA LEI 11.101/2005

Compulsando os autos, verifica-se que, em que pese a sentença de quebra proferida ao mov. 1.5, pág. 60/66, em data de 29/11/2012, resta pendente a expedição do edital do art. 99, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005, atual §1º do art. 99, mediante inclusão pela Lei nº 14.112, de 2020 (vigência), consoante noticiado nos autos por esta Administradora Judicial ao mov. 122 e 123. Nessa oportunidade, foi constatado que não consta nos autos a relação de credores da falida, razão pela qual, para que seja cumprido adequadamente o disposto no art. 99, §1º, LRJF, esta Administradora Judicial apresentou Relação de Credores Provisória.

Por estar pendente deliberação do juízo quanto as manifestações da AJ de mov. 122 e 123, informa que, até o presente momento, aguarda-se a expedição e publicação do edital do art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005.



3

DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA



3. DAS CAUSAS E CIRCUNSTÂNCIAS DA FALÊNCIA

Até o presente momento a Falida não se manifestou nos autos, razão pela qual se desconhece os motivos, a priori, que levaram a sociedade empresária a derrocada. Ademais, acrescenta que ainda pendente deliberação do juízo quanto a manifestação dessa auxiliar do juízo, ao mov. 122 e 123, para intimação da falida para os fins do art. 104 da Lei 11.101/2005, oportunidade em que serão prestadas informações quanto as causas determinantes da falência, nos termos do inciso I, alínea “a” do mencionado dispositivo.



4

DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)



4. DO PROCEDIMENTO DO DEVEDOR (ANTES E DEPOIS DA SENTENÇA)

Em análise aos autos falimentares, evidencia-se que a Falida nunca se manifestou ou apresentou quaisquer informações contábeis ou financeiras nos autos que elucidassem sua derrocada ao estado falimentar, nada obstante ter sido citada para apresentar defesa, conforme aviso de recebimento acostado ao mov. 1.4, pág. 51, tendo sido certificado que o prazo decorreu in albis, razão pela qual resta prejudicada quaisquer análises nesse sentido por esta Administradora Judicial.



5

DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA



5. DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO DA MASSA FALIDA

Na sentença de quebra do devedor, ao mov. 1.5, pág. 60/66, foi nomeado o Dr. Ivan Carvalho Martins como Administrador Judicial, contudo, esse se manifestou renunciando ao exercício do múnus, ao mov. 1.6, pág. 70, tendo havido nomeações sequenciais de demais profissionais, os quais não se manifestaram, de modo que, ao mov. 91, restou intimada a presente Administradora Judicial, M Marques Sociedade Individual de Advocacia, que subscreve o presente Relatório Circunstanciado para desempenhar o encargo, tendo sido juntado Termo de Compromisso devidamente assinado ao mov. 121.

Assim, de pronto, restou apresentado petítório saneando o presente feito, noticiando a ausência de publicação do edital do art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005 e requerendo o cumprimento por parte da Secretaria, objetivando promover o regular prosseguimento do feito. Ainda, pleiteou pela expedição de mandado de intimação dos sócios da Falida, Valdenei Martins de Melo (CPF nº 531.516.409-82) e Marilei Aparecida Molina de Melo (CPF nº 696.672.769-53), para fins de cumprimento do disposto no art. 104 da LFRJ, sob pena do contido no parágrafo único do mencionado dispositivo, a ser realizado por meio de Oficial de Justiça no endereço *Avenida Presidente Tancredo Neves, nº 1350, Ivaiporã/PR, CEP 86.870-000*.

Quanto ao disposto no art. 22, III, “f”, da Lei 11.101/2005 referente a realização do ativo, realizou a pesquisa de demandas judiciais em que o falido fizesse parte, via sistemas Eproc, Projudi e PJe, na seara federal, cível e trabalhista, contudo, sem sucesso, razão pela qual pleiteou pela busca de bens para arrecadação e realização do ativo, cf. art. 108 e seguintes da Lei 11.101/2005, via Sisbajud, Renajud, Infojud, e das Declaração sobre Operações Imobiliárias (DOI) e Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR), aguardando deliberação do juízo quanto aos pedidos retro.



6

DO ATIVO DA MASSA FALIDA



6.1 DO ATIVO ARRECADADO E/OU PASSÍVEL DE ARRECADAÇÃO

Em que pese todas a diligências realizadas por esta Administradora Judicial, não foram localizados bens passíveis de arrecadação nos presentes autos e em demais consultas via sistemas Eproc, Projudi e PJe, na seara federal, cível e trabalhista, via Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, E-proc da Justiça Federal da 4ª Região e PJe do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

6.2 DA AVALIAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

Em que pese todas a diligências realizadas por esta Administradora Judicial, não foram localizados bens passíveis de arrecadação nos presentes autos e em demais consultas via sistemas Eproc, Projudi e PJe, na seara federal, cível e trabalhista, via Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, E-proc da Justiça Federal da 4ª Região e PJe do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, razão pela qual não há que se tratar de avaliação de ativos arrecadados, até o momento.

6.3 DA REALIZAÇÃO DO ATIVO ARRECADADO

Em que pese todas a diligências realizadas por esta Administradora Judicial, não foram localizados bens passíveis de arrecadação nos presentes autos e em demais consultas via sistemas Eproc, Projudi e PJe, na seara federal, cível e trabalhista, via Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, E-proc da Justiça Federal da 4ª Região e PJe do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, razão pela qual não há que se tratar de realização do ativo, até o momento.





DO PASSIVO DA MASSA FALIDA (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDORES)



7. DAS AÇÕES EM ANDAMENTODO PASSIVO DA MASSA FALIDA (ARTIGO 83 DA LEI 11.101/2005 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS NO QUADRO GERAL DE CREDITORES)

Quanto ao **PASSIVO** da falida, cumpre informar que não foi realizada a relação de credores apresentada pela falida, de modo que, por não ter havido o exercício do múnus por qualquer Administrador Judicial bem como por não ter sido expedido o edital do art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005, inexistente relação de credores nos autos, a possibilitar uma relação fidedigna de credores e identificação do débito.

Assim, em sendo deferido o pedido da Administradora Judicial de mov. 122, com a expedição do edital do art. 99, §1º, da Lei 11.101/2005, iniciar-se-á o prazo para a fase administrativa de apresentação de habilitação e divergência, nos termos do art. 7º, §1º, da Lei 11.101/2005, culminando na elaboração da Relação Nominal de Credores da AJ, consoante disposto no §2º do mencionado dispositivo, a ensejar a consolidação e homologação do Quadro pelo juízo universal.



8

DAS AÇÕES EM ANDAMENTO



8. DAS AÇÕES EM ANDAMENTO

Com base nas informações constantes nestes autos, bem como nas consultas realizadas nos sistemas Projudi do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, E-proc da Justiça Federal da 4ª Região e PJe do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, por essa Administradora Judicial, foi identificada a seguinte ação em andamento contra a empresa falida:

DEPÓSITO DE FRIOS CATATAU LTDA. (CNPJ nº 05.899.858/0001-53)

TIPO DE AÇÃO	Nº DO PROCESSO	VARA	COMARCA	AUTOR	RÉU
Execução Fiscal	0004575-35.2020.8.16.0097	Vara da Fazenda Pública de Ivaiporã	Ivaiporã	Município de Ivaiporã	Depósito de Frios Catatau LTDA

Cumpramos informar que tal pesquisa teve como base consultas realizadas junto aos sistemas Projudi, Eproc e PJe nos estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina, razão pela qual considere-se que ainda podem existir processos desconhecidos por este Juízo.



9

DA RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS E TERCEIROS



9.1. DOS INDÍCIOS DE FRAUDE

Para caracterização da fraude a credores, é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam, *eventus damni* e o *consilium fraudis*, no entanto, esta Administradora Judicial não dispõe de informações que possibilitem a conclusão de fraude no presente momento, ressalvando que tais ponderações poderão ser novamente analisadas caso sobrevenham novas informações.

9.2. DA ANÁLISE DE INDÍCIOS / REQUISITOS DE SUCESSÃO EMPRESARIAL

Em análise processual, bem como em pesquisa realizada, até o presente momento, não se evidencia a prática de sucessão empresarial, ressalvando que tais ponderações poderão ser novamente analisadas caso sobrevenham novas informações que serão levadas ao d. juízo em momento posterior.

9.3. DO GRUPO ECONÔMICO

Em análise processual, bem como em pesquisa realizada, até o presente momento, não se evidencia a existência de grupo econômico, ressalvando que tais ponderações poderão ser novamente analisadas caso sobrevenham novas informações que serão levadas ao d. juízo em momento posterior.

9.4. DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS SÓCIOS

Em análise ao que diz respeito a possível responsabilização no âmbito civil dos sócios da empresa falida, essa Administradora Judicial pontua que, a priori, a Massa Falida figura no polo passivo da Execução Fiscal supra, conforme tópico retro, entretanto, analisando-a em conjunto com as informações contidas nos autos, não restou identificado o cometimento de condutas em prejuízo à Massa por parte de seu administrador que ensejassem sua responsabilização pessoal. Deste modo, a carência de informações dos motivos que levaram a sociedade empresária a bancarota, não permitem, neste momento, que essa Administradora Judicial realize juízos de valores quanto a eventual má gestão da atividade, ou ainda eventual esvaziamento patrimonial da falida em momento pré-falimentar.

Em outras palavras, a análise do tema resta inconclusiva em virtude da ausência de esclarecimentos e documentos da falida, estes últimos primordialmente no que diz respeito aos livros contábeis que se demonstram indispensáveis para os exames da saúde da empresa e atos praticados por seu administrador em momento anterior a sua insolvência.



9.5. DA RESPONSABILIDADE PENAL DOS SÓCIOS

O doutrinador Paulo F. C. Salles de Toledo afirma em sua obra “Comentários à Falência” que o relatório circunstanciado de falência é considerado “uma das incumbências mais importantes do Administrador Judicial”, além disso, consigna que: “Devem ser fornecidas informações detalhadas acerca da conduta do falido, antes e depois da sentença, e de outros eventuais responsáveis por atos tipificados como crimes falimentares, ou delitos conexos a estes. A exposição do administrador servirá de base para o oferecimento de denúncia do órgão do Ministério Público. Cabe ressaltar que o relatório em foco deve apontar fatos conducentes não só à responsabilidade penal, mas também à responsabilidade civil do devedor”.

Sendo assim, adentrando a esfera penal, tendo como guia todo o escopo axiológico do Dec. Lei n. 7661/45 e Lei n. 11.101/2005, consoante dicção do Princípio do Rigor na punição de crimes falimentares, essa Administradora Judicial elucida que, ante a ausência de documentos e informações suficientes nos autos, não foi possível constatar indícios da prática de condutas típicas, antijurídicas e culpáveis, positivadas na referida legislação. Em outras palavras, o entendimento é de que não foi possível a construção de elementos que corroborem com a prática de crimes falimentares por parte da Falida no âmbito de sua atividade comercial até sua derrocada, em que pese a gama de litígios em que a massa falida está envolvida.

Por fim, essa Administradora Judicial ressalta que, nada obstante suas conclusões colacionadas no presente Relatório Circunstanciado, não existem quaisquer óbices para reanálise do caso e estruturação de novos argumentos, caso sobrevenham novas informações, documentos ou pareceres que alterem as circunstâncias.

10

CRONOGRAMA PROCESSUAL



10. CRONOGRAMA PROCESSUAL

Data	Evento
24/03/2008	Distribuição do pedido de Falência (Art. 78 LFRJ)
29/11/2012	Decisão Decretação da Falência (art. 99 LFRJ)
	Publicação do Edital de Decretação da Falência e Relação Nominal de Credores da Falida no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (Art. 99, § único, LFRJ)
	Decurso de prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos credores diretamente ao Administrador Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
	Publicação do Edital de extensão da falência no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (Art. 99, § 1º, LFRJ)
	Apresentação da Relação de Credores elaborada pelo AJ (art. 7º, §2º LFRJ)
	Publicação de Edital de aviso da Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 7º, §2º LFRJ)
	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
	Arrecadação do ativo (art. 108 LFRJ)
	Realização do ativo (art. 139 LFRJ)
	Pagamento aos Credores (art. 149 LFRJ)
	Prestação de Contas pelo Administrador Judicial (art. 22, III, "r", LFRJ)
	Relatório de Encerramento da Falência (art. 155 LFRJ)
	Encerramento da Falência (art. 156 LFRJ)



11

GLOSSÁRIO



11. GLOSSÁRIO

I – Agravo de Instrumento
AJ – Administradora Judicial
ART. – Artigo
CCB – Cédula de Crédito Bancário
DJE – Diário de Justiça Eletrônico
DES – Desembargador (a)
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício
Dec. Lei – Decreto Lei 7.661/1945
EIRELI – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
EPP – Empresa de Pequeno Porte
Falida – Depósito de Frios Catatau LTDA
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços
INC. – Inciso
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)
LTDA – Limitada
ME – Microempresa
MM. – Meritíssimo
M – Milhão
MOV. - Movimentação
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
QGC – Quadro Geral de Credores
Rel. – Relator (a)
Resp. – Recurso Especial
RNC – Relação Nominal de Credores
ROA – Retorno sobre ativo total
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido
S. A. – Sociedade Anônima
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná
TJSP – Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF – Tribunal Regional Federal
§ - Parágrafo
IDPJ – Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica



CURITIBA/PR

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,
Edifício World Business, Centro Cívico
CEP 80.530-000
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

MARINGÁ/PR

Av. João Paulino Vieira Filho, nº625, Sala 906,
Edifício New Tower Plaza, Torre II, Zona 01
CEP 87.020-015
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

SÃO PAULO/SP

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar
Ed. José Martins Borges - Bela Vista
CEP 01.310-000
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

www.marquesadmjudicial.com.br
marcio@marquesadmjudicial.com.br

